





Apresentação



Seguindo a linha da nova gestão pública brasileira, própria do Estado Democrático de Direito, organizamos e desenvolvemos o trabalho de orientação, fiscalização e disciplina da Justiça maranhense de 1º grau e da atividade extrajudicial em torno de quatro eixos fundamentais: governança, resolutividade, integridade e transparência, com base nos quais desenvolvemos um conjunto de ações, considerando o contexto da pandemia.



Expediente

ORGANIZADORES

Secretaria Geral da Corregedoria Geral da Justiça Chefia de Gabinete do Corregedor-Geral Assessoria de Comunicação Assessoria Jurídica

REDAÇÃO

Assessoria de Comunicação

REVISÃO

Ana Carolina Sérgio Viana Noleto Herberte Pereira de Melo da Silva

DIAGRAMAÇÃO

lasmin Diniz Soares

FOTOS

Assessoria de Comunicação
- CGJMA
Acervo de servidores - CGJMA
Márcio Rodrigo Carvallho
Jonas Sakamoto
Josy Lord
Ribamar Galvão
Divulgação

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira

JUÍZES E JUÍZAS AUXILIARES DA CORREGEDORIA

Gladiston Luís Nascimento Cutrim Márcio Castro Brandão Sarah Fernanda Gama Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro Antônio José Vieira Filho (Abr. 2020

a Dez. 2020) Maria Francisca Gualberto de Galiza (Abr. 2020 a Dez. 2020) Anderson Sobral de Azevedo

JUIZ COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1° GRAU

José Nilo Ribeiro Filho

JUIZ COORDENADOR DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Nelson Ferreira Martins Filho

JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM DE SÃO LUÍS

Andréa Furtado Perlmutter Lago

DIRETOR DA SECRETARIA GERAL DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Carlos Anderson dos Santos Ferreira

CHEFE DE GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL

Lêda Alice do Nascimento Ribeiro Pinto

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Isabella Carolina Silva e Silva

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

Eduardo Henrique Ferro Freire

ASSESSORIA JURÍDICA DOS JUÍZES AUXILIARES

Michelle Silva Costa Duailibe Furtado

COORDENADORIA DAS SERVENTIAS

Jaciara Monteiro Santos Rodrigues

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E APRIMORAMENTO DA JUSTICA DE 1º GRAU

Aline Mendonça da Silva

COORDENADORIA DE RECLAMAÇÕES E PROCESSOS DISCIPLINARES

Mayckerson Alexandre Franco Santos

COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO E APRIMORAMENTO DAS MEDIDAS CAUTELARES PENAIS E EXECUÇÃO CRIMINAL

Marcela Teófilo de Almeida

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Danielle Mendes Mesquita Melo

COORDENADORIA DE FINANÇA E DE PESSOAL

Milena Vieira de Oliveira

SECRETARIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Josiane de Jesus Fonseca da Silva Santos





Parceria com *Alliance for Integrity* para os trabalhos do **Grupo de Compliance**.

Governança

33 etapas do Plano Tático no 1º Grau.

Criação de fluxos e rotinas de trabalho visando ao controle de gastos com telefonia, pagamento tempestivo de faturas, arquivamento e descarte de processos pelas unidades judiciárias.

Instituição e acompanhamento do Plano Estratégico para a Central de Mandados de São Luís.

Reformulação das metas das unidades administrativas da CGJ, utilizada como base para Gratificação de Produtividade – GPJ. Acompanhamento da execução da estratégia da CGJMA, por meio das Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE.

Acompanhamento das metas nacionais, do Conselho Nacional de Justiça, da Corregedoria Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça.

Aperfeiçoamento de sistemas de informática: Termojuris, gestão do acervo processual; SEEU, gestão da execução criminal.

Adoção de novos procedimentos nas ações de inspeção e correição, em conformidade com parâmetros do CNJ e atuação na otimização dos relatórios dos magistrados.

Melhoria no processo de inscrições de magistrados em certames de promoção, remoção e acesso ao 2º grau.



1.



- 2

1; 2. Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE.

3. Visual Law.



SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

A Corregedoria intensificou o trabalho de acompanhamento, orientação e fiscalização dos serviços prestados pelos 292 cartórios no Estado e aprimorou a análise de contas prestadas pelos interinos.

O aperfeiçoamento nas rotinas e fluxos de trabalho resultou na significativa redução de processos tramitando.

Rotina de trabalho aprimorada nos sistemas Justiça Aberta e Auditus.

Provimento dos cargos de 82 serventias, das quais 12 foram instaladas.



Cooperação institucional resultou na regularização fundiária do Residencial Camboa



Propriedade garantida para mais de

5 mil famílias

em diversos municípios

Caxias

+ 1.400 títulos

Pac/Camboa São Luís 288 títulos Dezenas de projetos em fase de execução

Cooperação com mais 59 municípios

Reativação do Núcleo de Regularização Fundiária e criação do Núcleo de Regularização de Terras Públicas, responsável pela mobilização para construção de marcos legislativos, capacitação de servidores e fomento à construção da política pública de governança de terra.



Juíza Ticiany Gedeon Maciel, coordenadora do Núcleo de Regularização Fundiária da CGJMA | Foto: Ribamar Pinheiro

Redução em



36%

do total de Serventias em situação de interinidade



Recuperação de

R\$ 36 milhões

Acervo de processos pendentes no Digidoc



2020





2022

1.839

30

COMBATE AO SUB-REGISTRO CIVIL

A CGJMA criou o Núcleo de Registro Civil e Acesso à Documentação Básica, responsável pela articulação institucional e promoção de ações para emissão de documentos.

Instituída a Semana Estadual de Combate ao Sub-registro e Acesso à Documentação Básica.

Atuação integrada: reuniões, encontros, Mutirões da Cidadania e Programa Identidade Cidadã.

Uso dos sistemas AFIS, Cartórios Maranhão, CRC/ JUD, INFOSEG, INFODIP e REGESTA para agilizar emissão de segunda via de registro.

Instalação de



95

Unidades Interligadas de Registro Civil (UI), saltando de 06 para 101



2º lugar no país



Solenidade de instalação da 101º unidade interligada



Elaboração de manual e projeto de *visual law* com orientações para instalação das UIs.



Clique na imagem ao lado e acesse o documento



Lima Campos - Eloise Mojena saiu da maternidade com a cidadania assegurada



PROJETO VISITA TÉCNICA

Passada a fase aguda da pandemia da Covid-19, a Corregedoria iniciou o projeto Visitas Técnicas, que consistiu uma intensa agenda de visitas a varas, juizados e cartórios do Estado.

O projeto é pautado no diálogo e busca de soluções para as oportunidades de melhorias identificadas (física, tecnológica, pessoal, procedimental). Nas unidades judiciais e extrajudiciais visitadas, a iniciativa contribuiu para o conhecimento da realidade, acompanhamento e orientação para a efetiva entrega dos serviços ao cidadão.



79
Cartórios, incluindo todas
21 serventias de São Luís



115
Unidades
judiciárias
varas e
juizados



35 Comarcas



Visitas técnicas - 4ª Zona de Registro de São Luís



Visitas técnicas - Fórum de Araioses



Visitas técnicas -2º Ofício de Rosário



Visitas técnicas - 3º Ofício de Timon



Governança

Projeto de atermações online.

Treinamento de novos fluxos de trabalho de contadoria nos juizados.

Realização de cadastro eletrônico de peritos e órgãos técnicos ou científicos auxiliares da Justiça.

Fixação dos Juizados Criminais para o Fórum Des. Sarney Costa.

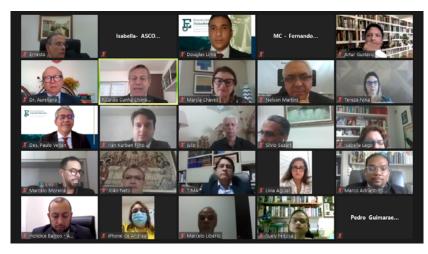
Implantação do Juízo Pró-Ativo.

Realização de mutirões de Júri da Comarca de São José de Ribamar no mês de novembro/2020.

Instalação do novo prédio da Central de Inquéritos da Comarca da Ilha.

Em junho de 2022, foi realizado o Encontro Estadual dos Juizados Especiais - Pandemia e os seus reflexos nos juizados especiais e outros desafios atuais.

Editais vigentes para descarte de mais de 12 mil processos.



Encontro Estadual dos Juizados Especiais - Pandemia e os seus reflexos nos juizados especiais e outros desafios atuais.

Descarte e eliminação de

177 mil processos físicos



8.2 toneladas de papel



Agenda de visitas a juizados da capital e interior.

Atualização do Regimento Interno do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais (Resolução GP nº 52/2020).

O Conselho de Supervisão dos Juizados deu sequência nas reuniões, totalizando 16 em toda gestão.













1. 6º Tabelionato de Notas de São Luís

2. 1º Ofício de Notas de São

3. 1º Ofício de Registro de Pessoas Naturais de São Luís

4. Ofício Único de Barreirinhas

5. Fórum de Araioses

6. Juizado de Paço do Lumiar



A ESMAM somou na parceria para garantir formação continuada para o quadro de pessoal, bem como delegatárias e delegatários.

Criação e implementação de fluxo de informações sobre docência por magistradas e magistrados, em cumprimento à Resolução nº 373 do CNJ.

Aprimoramento da gestão de dados funcionais: digitalização de pastas funcionais de magistradas e magistrados; implantação do assentamento funcional digital.

Implantação de rotina periódica de prevenção e higienização preventivas à contaminação pelo coronavírus.

"Entre Líderes", quadro de comunicação interna desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão para dialogar e aproximar as lideranças da Instituição.

Acompanhamento e diagnóstico de juízas e juízes em estágio probatório.

Instrução de 622 processos de promoção, remoção e acesso de juízes ao cargo de desembargador.

Realização do 1º Passeio Ciclístico em comemoração do Dia do Servidor Público Estadual.

Como reconhecimento ao empenho e dedicação do quadro de servidores, foi instituído o Programa Servidor Compliance, destacando as qualidades mais notáveis em cada edição.



Placas em homenagem aos servidores participantes do Programa Servidor Compliance

Servidores e servidoras receberam qualificação de cursos e workshops, além do apoio para o trabalho remoto, inclusive, com a disponibilização de equipamentos e materiais.



CGJ realiza workshop sobre as inspeções no serviço extrajudicial



Gestão da tecnologia

A inovação e o aprimoramento das ferramentas tecnológicas foi um dos objetivos estratégicos consolidados na Gestão, o que assegurou a continuidade das atividades e a garantia da prestação jurisdicional célere.

Com uma nova realidade tecnológica consolidada, a Corregedoria Geral da Justiça implantou uma rotina de permanente aprimoramento das ferramentas disponíveis e adoção de novos sistemas.

A abertura de novos canais de acesso manteve a Corregedoria conectada ao cidadão. Trabalho remoto, despachos telepresenciais com magistrados, atendimento por aplicativo de mensagem, audiências por videoconferência, Balcão Virtual, sessões de julgamento transmitidas virtualmente, ampliação da digitalização de autos físicos agora fazem parte da nova rotina de uma Justiça bem mais conectada e integrada.

O Provimento 88 da Corregedoria Nacional de Justiça e o Fundo SREI tiveram módulo implementado no Sistema Auditus, assim como desenvolvimento do módulo de recadastramento anual dos cartórios.

Governança

Foram melhorados os sistemas **Datajud**, **Magistratus** e **Promeritus**. Um novo projeto de aplicativo móvel para Inspeção em Espaços de Privação de Liberdade está em desenvolvimento. A ferramenta integrará maior quantidade de dados, tornando a inspeção mais ágil e completa.

Melhorias foram implementadas na comunicação eletrônica com as serventias extrajudiciais, via Auditus, Malote Digital e aplicativo de mensagem.

Os sistemas **SIAFERJWEB**, **PERITUS**, **AEGIS**, **AEGIS-D**, **PJECOR** e **SITE**, que dão suporte às ações da CGJMA, também passaram por melhorias.

Para o melhor acompanhamento da produtividade, os relatórios de dados das unidades judiciais foram aprimorados.

O mecanismo de taxas de congestionamento de baixa do Termojuris foi melhorado e o sistema serviu de base para o *workshop* "Gestão Eficiente das Secretarias Judiciais".

O Regesta ganhou o módulo de certidões de uniões civis, automatizando todas as etapas do Projeto Casamentos Comunitários.

2.906 atendimentos de servidores, advogados e magistrados realizados pelo Sistema Gestor.

Desenvolvimento do **Módulo de Inscrição** Online do Casamento Comunitário.

Criação do Sistema Magistratus, de auxílio na gestão da lotação dos juízes auxiliares.

Implementação do WhatsApp Business nos setores da Corregedoria, com a integração do recebimento de demandas originadas também das redes sociais.

Criação do novo *hotsite* das Serventias Extrajudiciais, mais completo e dinâmico.





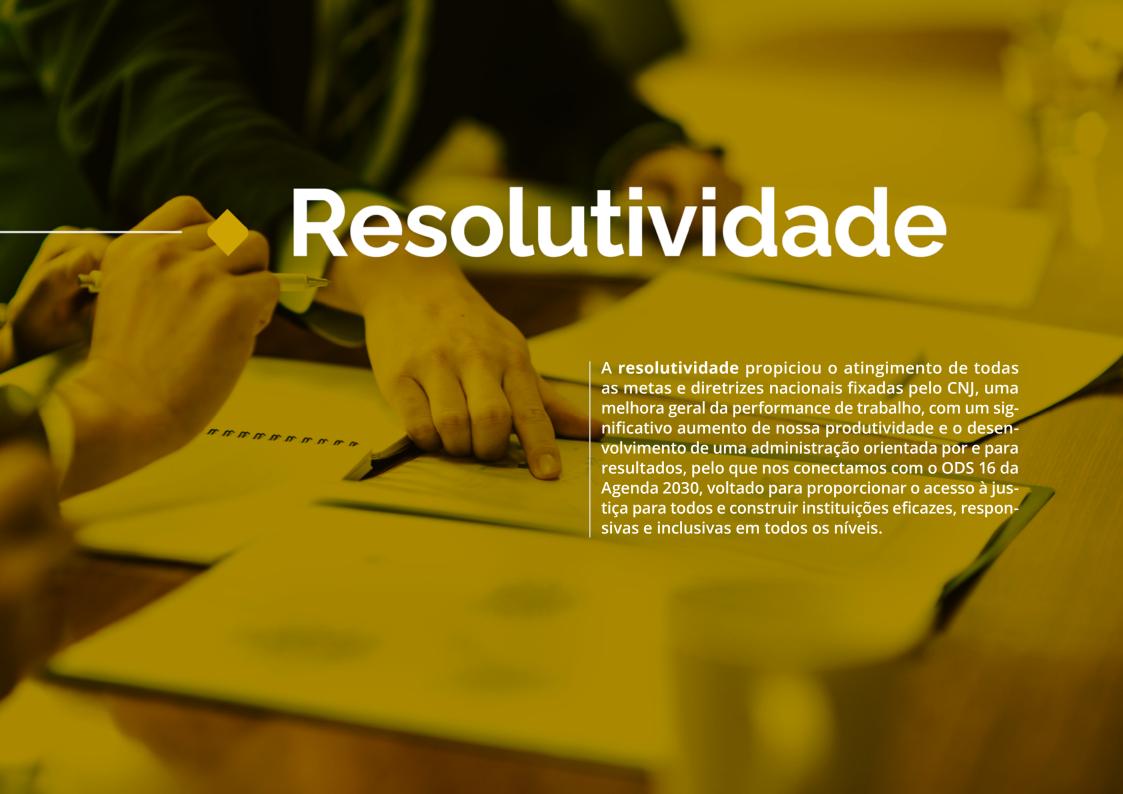
Clique na imagem e acesse o site



Digitalização de

192 mil processos físicos em 02 anos

15



PROCESSOS ADMINISTRATIVOS



Acervo inicial

4.837

Processos administrativos decididos e baixados

25.799

Acervo final

1.005

PROCESSOS DISCIPLINARES



17

Resolutividade

ATOS DA JUSTIÇA DE 1º GRAU





38.413.259

Atos produzidos pela Justiça do 1º Grau



Audiências

238.844

34.859.904

Movimentações Processuais



Decisões

Despachos

782.813 --- 1.819.645 -- 712.053

Sentenças

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE INTERINOS



Recuperação de quase R\$ 36 milhões aos cofres do FERJ

2020 - 2021

R\$ 13.828.187,17

2021 - 2022

R\$25.100.701,08



Análise de processos

3.100

processos de prestação de contas de interinos das serventias extrajudiciais

2.201

processos que estavam pendentes

2021

2022

868 - 31

novos processos



Acervo pendente de análise

180 processos



Juíza auxiliar Sônia Amaral (à direita) orienta funcionária de cartório durante inspeção



Equipe de inspeção foi presidida pela juíza auxiliar da CGIMA, Sônia Amaral



Juíza Sônia Amaral presidiu inspeção, com apoio de servidores



Alcance das metas estabelecidas

O aprimoramento da gestão permitiu que a Corregedoria cumprisse integralmente as Diretrizes Estratégicas, metas do Conselho Nacional de Justiça, da Corregedoria Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça.

A CGJMA deu continuidade ao rigoroso controle da tramitação de processos administrativos, com a melhoria da comunicação entre unidades e adoção de medidas de prevenção de demandas desnecessárias.

Com a implantação do sistema PjeCor, os processos que tramitavam no Digidoc foram migrados e todos os novos passaram a ser autuados no novo Sistema. A adoção da nova ferramenta gerou impacto positivo, contribuindo para redução de 53,88% do acervo processual (caiu de 219 para 118) e refletindo no alcance das metas nacionais para as corregedorias nos anos de 2020 e 2021.

A CGJMA também obteve êxito na mobilização das unidades judiciárias para o alcance das metas nacionais do Poder Judiciário.

METAS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

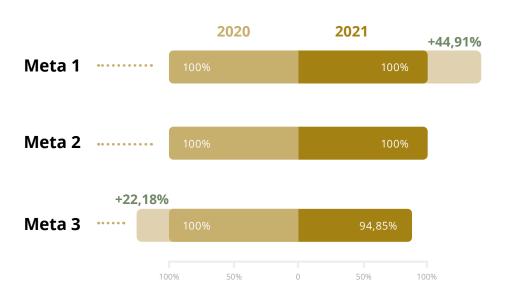
2020

Meta 1 – Implantação do PleCor.

Cumprimento: 100%

Meta 2 – Julgamento de 100% das investigações preliminares, sindicâncias e dos procedimentos de natureza disciplinar em face de magistradas e magistrados autuados até 31/12/2019. Cumprimento: 100%

Meta 3 – Julgamento de 80% das investigações preliminares, sindicâncias e dos procedimentos de natureza disciplinar contra magistradas e magistrados no prazo de 140 dias, a partir da autuação, superando em 22,18% a Meta 3 (definida em 80%). Cumprimento: 122,18%



2021

Meta 1 - Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente. Cumprimento: 144,91%

Meta 2 - Identificar e decidir 100% dos procedimentos disciplinares em face de magistrados que tenham sido autuados até 31/12/2019. Cumprimento: 100%

Meta 3 - Identificar e decidir 80% dos procedimentos disciplinares em face de magistrados no prazo de 140 (cento e quarenta) dias a partir da autuação. Cumprimento: 94,85%

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

Meta 1 – julgar mais processos do que os distribuídos recebidos.

Meta 2 – julgar os processos mais antigos, distribuídos até 03 anos antes da edição da meta.

Meta 3 – aumentar em 2% o Índice de Conciliação do Justiça em Números.





Meta 3

Foram 5.749 conciliações pré-processuais realizadas contra 4.838 de 2020. Aumento de 18,83%.



Conciliações pré-processuais

Processos recebidos



.....

.....

Processos julgados

2020

53,67%

174.586

189.556

2021

72,60%

213.326

238.962

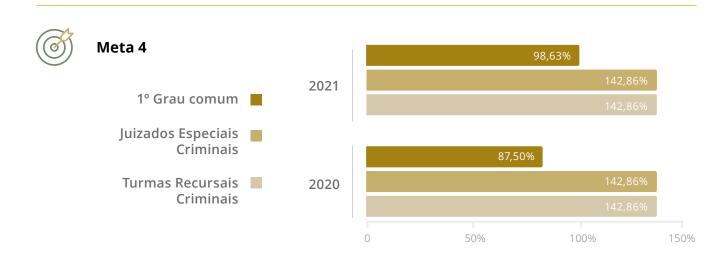
METAS NACIONAIS DO PODER IUDICIÁRIO

Meta 4 – julgar processos de crime contra a administração pública, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais, recebidos até 03 anos antes da edição da meta.

Em 2020, houve 359 julgamentos de ações de improbidade administrativa. No ano de 2021, o número subiu para 632 julgamentos. Aumento de 76,04%.

Já as ações penais de crimes contra a administração pública tiveram aumento de 94,63%, saltando de 205 julgamentos em 2020 e para 399 em 2021.

Meta 05 – reduzir em 2% a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento em relação ao ano anterior à edição da meta.





Meta 5

Percentual de Cumprimento

102,84%

Taxa de Congestionamento



METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

Meta 6 – julgar ações coletivas distribuídas até 03 anos antes da edição da meta.

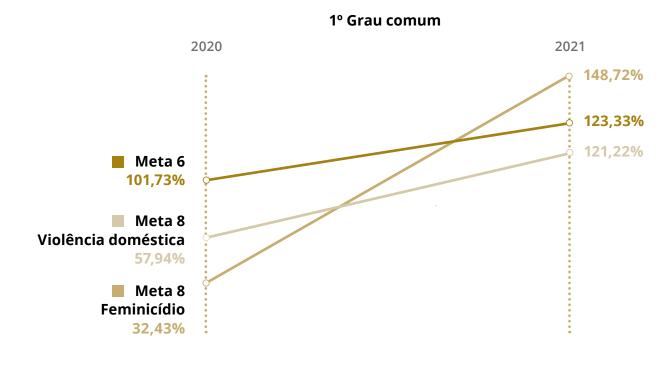
Meta 8 – feminicídio: priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio.

Meta 8 – violência doméstica: priorizar o julgamento dos processos de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Meta 12 – impulsionar os processos de ações ambientais.



Metas 6 e 8





Meta 12

1° Grau comum

Percentual de Cumprimento 246,98%



METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

Meta 11 – alcançar 93% no índice de processos eletrônicos, indicador que computa o percentual de processos ingressados eletronicamente.



Meta 11

Instância	Físicos e Eletrônicos			Cumprimento	
1º Grau comum	204.955	203.164	99,13%	106,59%	
Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública	24.614	24.614	100%	107,53%	
Juizados Especiais Criminais	18.213	17.691	97,13%	104,45%	
Turmas Recursais Cíveis e da Fazenda Pública	19.496	19.335	99,17%	106,64%	
Turmas Recursais Criminais	38	37	97,37%	104,70%	

Resolutividade

LEILÃO DE VEÍCULOS CUSTODIADOS

Realização do Leilão Judicial, que resultou na venda de bens e veículos automotores, em suporte a unidades judiciárias de 1º grau e em cumprimento a normativo do Conselho Nacional de Justiça.





Realização de megaleilão para venda de bens e veículos



Repasse de

R\$ 550 mil ao Judiciário

EXECUÇÃO PENAL

Permanente acompanhamento das ações relacionadas ao sistema prisional, envolvendo análise de informações; elaboração de dados estatísticos; monitoramento de inspeções em unidades prisionais e de cumprimento de medidas socioeducativas.

Foram analisados cerca de

processos

no período, dentre as solicitações atendidas estão: recambiamento de presos;

audiências de custódia;

certidões de antecedentes penais;

situações envolvendo crianças e adolescentes em conflito com a lei;

expedição e cadastro de guias de execução penal;

cumprimento de carta precatória criminal;

outras demandas relativas à Justiça Criminal.

NOMEAÇÃO DAS SERVENTIAS VAGAS

A CGJMA envidou esforços para conclusão do Concurso de Notários, iniciado em 2016. O resultado do trabalho foi o provimento dos cargos de 82 serventias, das quais 12 foram instaladas e a população passou a contar com os serviços cartorários mais próximos de sua residência.

Das 106 serventias em situação de interinidade, atualmente esse número foi reduzido para 77, uma queda de quase 30% em dois anos.

Com o mapeamento realizado pela CGJMA, foi verificada a necessidade de novo concurso, o que deverá contribuir para prover serventias que ainda estão em situação de interinidade.



Audiência pública de escolha das serventias extrajudiciais vagas

NAUJ

A Corregedoria deu continuidade ao trabalho de suporte às unidades judiciárias que apresentavam alto índice de congestionamento processual. O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciárias (NAUJ) atuou junto a 28 varas, algumas delas passando por mais de uma etapa.

Iniciado em novembro de 2020, o trabalho consiste na análise de um quantitativo do passivo processual da vara atendida, resultando em despachos, decisões e sentenças.



Núcleo de Apoio às Unidades Judiciárias (NAUJ)



NAUJ em números

28.713 processos judiciais analisados

17.465 Despachos

5.001Decisões

6.427Sentenças

SEJUD CÍVEL SÃO LUÍS

As Secretarias Judiciais Únicas Digitais (Sejud) atuam somente com processos eletrônicos e trouxeram uniformização de procedimentos e mais celeridade no cumprimento das determinações emanadas das varas atendidas. O Maranhão possui 03 "Sejuds" em funcionamento, sendo 2 Cíveis (São Luís e Timon) e 1 da Fazenda (São Luís), que realizam milhares de tarefas diariamente.

Cumpre determinações das 16 Varas Cíveis da capital.

SEJUD CÍVEL TIMON

Em Timon, cumpre determinações das Cíveis, Fazendárias e de Família, além do atendimento às Varas Únicas de Parnarama e Matões.

SEJUD FAZENDA SÃO LUÍS

Cumpre determinações das 10 varas fazendárias da capital.

A Corregedoria já realizou mapeamento para identificar necessidade de ampliação do número de Sejuds no Estado. Com o resultado do estudo, serão iniciados os procedimentos para implantação de novas Sejuds em comarcas com grande demanda processual.

	Resultado do Biênio	Juiz Coordenador	Secretário Judicial Especial	Secretárias Judiciais	Servidores
CÍVEL SÃO LUÍS	mais de 2,63 milhões de tarefas no PJe	01	01	04	59
CÍVEL TIMON	mais de 724 mil de tarefas no PJe	01	01	-	21
FAZENDA SÃO LUÍS	mais de 1.191.000 de tarefas no PJe	••••••	mais de 11mil processos arq	uivados	

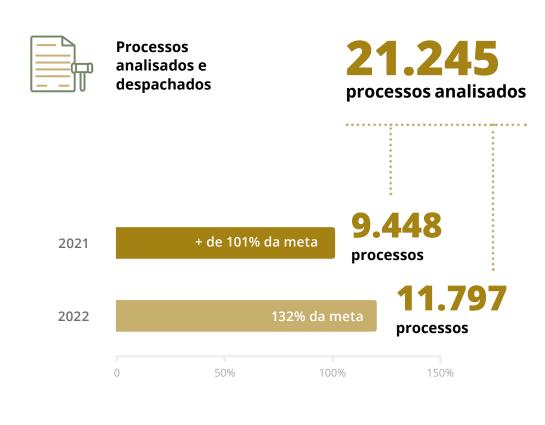


CONTADORIA JUDICIAL DE SÃO LUÍS

O Provimento nº 11/2021 (CGJ-MA) aprimorou os trabalhos da Contadoria Judicial, que também teve implantado o segundo módulo do sistema Conjud. As melhorias tecnológicas aliadas aos novos fluxos de trabalho e ao aperfeiçoamento profissional resultaram em ganho de produtividade.

O avanço pôde ser confirmado no último ano da gestão. Foram 8.952 solicitações recebidas e analisadas e despachadas 11.797 pedidos. O acervo atual conta com uma redução de quase 45% em relação ao ano anterior, caindo de 5.510 para 3.095 processos.

O próximo desafio da CGJMA é garantir a diminuição no tempo de tramitação dos processos da Fazenda Pública.





COMPLIANCE

Tomando as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, a CGJMA estabeleceu como um de seus eixos de atuação no biênio 2020-2022 o seu Programa de Compliance, por meio do Provimento nº 59/2020.

Sob a gerência do Núcleo de Compliance (NUCOMP), presidido pelo corregedor-geral, o Programa implementou a Política de Gestão de Riscos da Instituição, o que contribuiu para a identificação, controle e resolutividade de situações de riscos, refletindo no alcance dos objetivos institucionais de integridade e eficiência na administração pública.

AÇÕES DO NUCOMP

Estabelecimento de parceria com Alliance for Integrity, visando ampliar o conhecimento e a troca de experiências na área de compliance.

Parceria com Ministério da Economia para treinamento de servidores e servidoras sobre gerenciamento de riscos.

Estudo acerca dos normativos do Judiciário estadual que regulamentam a matéria, a fim de consolidar um documento unificado.

Pesquisa sobre compliance com os servidores e servidoras da CGJMA.

Promoção de ações para consolidação da cultura de compliance.

Instituição do projeto Servidor Compliance, que destaca qualidades notáveis do servidor e de que forma o desempenho de suas atividades está alinhado aos valores. princípios e normas de Compliance.











Força, fé e coragem!

- 1. Pesquisa Compliance
- 2. Servidor Compliance
- 3. Servidoras Compliance
- 4. Banner Servidora Compliance

CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

Planejamento e execução do calendário de correições e inspeções realizadas, atividade precípua da Corregedoria, que assegura o acompanhamento e a melhoria dos serviços da Justiça nas varas e cartórios.

Equipes de trabalho foram otimizadas, fluxos e rotinas de trabalho redefinidos, formulários de correição e inspeção atualizados para obtenção de informações necessárias, previstas em normativos do Conselho Nacional de Justiça.

Com adoção de novos fluxos e rotinas de trabalho, a CGJMA aprimorou a análise dos processos de prestação de contas pelos interinos das serventias extrajudiciais.

Foram mais de 3.100 processos analisados e recuperação de mais de R\$ 36 milhões ao Poder Judiciário.



49Correições em Juizados Especiais



Correição Extraordinária em Chapadinha



65Municípios visitados



Inspeção verifica serviços do cartório de Santa Inês

OTIMIZAÇÃO E MAXIMIZAÇÃO DE RECURSOS



Frota veicular

- Redução de mais 14% com combustível.
- Implantação de rotina de manutenção preventiva na frota.
- Controle diário da quilometragem percorrida.
- Envio de 26 veículos próprios para leilão.



Gastos com outros insumos

- Redução de despesas com alimentação para as sessões do Júri, da ordem de 30%.
- Aperfeiçoamento do fluxo dos processos de pagamento das faturas, a fim de evitar mora e, consequentemente, a incidência de multa, juros e correção monetária.
- Mapeamento e controle de gastos das linhas telefônicas fixas instaladas nas unidades judiciais.
- Redução de despesas com diárias e passagens.





230

processos de leilão



R\$ 800 mil

para ações de combate à Covid-19

Valores oriundos de multa e pena pecuniária em ações judiciais.



CGJMA realizou testagem de COVID-19



PRINCIPAIS PROVIMENTOS

PROVIMENTO – 23/2020 | Autoriza a realização de Casamentos Civis por meio de videoconferência.

PROVIMENTO – 31/2020 | Utilização obrigatória do PjeCor para processamento de informações e prática de atos procedimentais.

PROVIMENTO – 32/2020 | Institui a Inspeção Extraordinária Virtual realizada pela Corregedoria Geral da Justiça nas Serventias Extrajudiciais.

PROVIMENTO – 34/2020 | Restabelece o Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbana, sua composição e atribuições.

PROVIMENTO – 45/2020 | Dispõe sobre o funcionamento do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), disciplina a realização das visitas técnicas e dá outras providências.

PROVIMENTO – 52/2020 | Cria o Núcleo de Registro Civil e Acesso à Documentação Básica, sua composição e atribuições.

PROVIMENTO – 53/2020 | Autoriza e regulamenta o atendimento remoto de advogados, procuradores, defensores públicos, membros do Ministério Público e da Polícia Judiciária e das partes no período da pandemia de Covid-19.

PROVIMENTO – 59/2020 | Institui o Programa de Compliance no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça.

PROVIMENTO – 60/2020 | Dispõe sobre a instalação, atribuições e procedimentos da Secretaria Judicial Única Digital de Timon.

PROVIMENTO – 62/2020 | Institui a Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro no calendário anual de ações do Poder Judiciário do Maranhão. PROVIMENTO – 64/2020 | Institui a Política de Proteção de Dados no âmbito do Serviço Extrajudicial do Maranhão.

PROVIMENTO – 65/2020 | Dispõe sobre a realização de audiência de custódia por videoconferência quando não for possível a realização, em 24 (vinte e quatro) horas, de forma presencial.

PROVIMENTO – 3/2021 | Dispõe sobre a utilização de videoconferência para realização de audiências e demais atos judiciais.

PROVIMENTO – 5/2021 | Reconhece o estado de filiação por pessoa absolutamente ou relativamente incapaz independente de representação ou assistência de seus pais, tutor ou curador.



PROVIMENTO – 7/2021 | Regulamenta a instalação de unidades interligadas em estabelecimentos de saúde que realizem partos.

PROVIMENTO – 11/2021 | Disciplina a atuação das contadorias judiciais e o procedimento a ser observado pelos juízes quando da remessa dos autos para cálculos.

PROVIMENTO – 22/2021 | Regulamenta os procedimentos para o assento de óbito quando o falecido deixa filho menor e institui a comunicação de orfandade bilateral aos órgãos da assistência social.

PROVIMENTO – 23/2021 | Disciplina o procedimento relativo à comunicação eletrônica dos atos processuais, via aplicativos de mensagens ou *e-mail*.

PROVIMENTO – 28/2021 | Cria o Núcleo de Regularização de Terras Públicas, estabelece sua composição e atribuições.

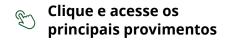
PROVIMENTO – 30/2021 | Regulamenta o procedimento para a alteração do prenome e do gênero de pessoas transgênero diretamente nas serventias extrajudiciais de registro civil.

PROVIMENTO – 5/2022 | Dispõe sobre o funcionamento da Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados.

PROVIMENTO – 9/2022 | Estabelece o modelo de termo de cooperação técnica para fomentar o combate ao sub-registro, nos municípios com baixa quantidade de partos, não elegíveis para instalação de unidade interligada.

PROVIMENTO – 10/2022 | Estabelece normas gerais para o registro da Regularização Fundiária.





Transparência

Por meio da transparência conferimos visibilidade aos atos praticados no âmbito da Corregedoria, ampliando e atualizando a nossa comunicação interna, com nossos juízes, servidores e serventuários, e a externa, realizada em face de outros órgãos do Estado e da própria sociedade, intensificando a interlocução com o uso das redes sociais e de outras ferramentas tecnológicas, além dos meios tradicionais de comunicação, adotando a impessoalidade e fazendo opção por uma linguagem mais fluida e menos técnica, capaz de ser compreendida pelo destinatário de nossos serviços.

ASSCOM EM NÚMEROS



Canais institucionais



2.553
Notícias
no portal



7.067
Seguidores no Instagram



787
Inscritos no
Canal do Youtube



5.984 Curtidas

no Facebook







Clique nos ícones abaixo e acesse as nossas redes sociais



Judiciário de 1º grau na mídia



4.814

Impressos



4.823

Rádio



4.900

TV



12.459

Internet

AÇÕES ASCOM CGJMA

Atualização, alimentação e implementação de dezenas de melhorias no novo Portal do Judiciário.

Aprimoramento de funcionalidades, homologação de módulos e criação de hotsite no novo Portal do Poder Iudiciário.

Mobilização, organização, execução das ações de instalação de Unidades Interligadas.

Apoio para o projeto Entre Líderes; - produção de 10 vídeos.

Destacada atuação na redação da minuta de resolução que visa instituir a Política de Comunicação do PJMA.

Destacada atuação na redação da minuta de portaria que institui o Comitê de Comunicação do PIMA.



Cartórios no Ar

Produção das assessorias de comunicação da CGJMA e do TJMA - parceria com o CNB.

Informação ao cidadão.

Aprimoramento para os cartórios.





Clique na imagem acima e assista à entrevista Gustavo Dal Molin, primeiro vice-presidente do Colégio Notarial do Brasil no MA



NUGEPNAC

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas

Produção de 17 vídeos.

Produção de 6 boletins.

Apoio nas reuniões e eventos.

Fomentar debate sobre precedentes.





Clique na imagem acima e assista à entrevista com o juiz federal Marco Bruno Miranda Clementino



CRIAÇÃO DE IDENTIDADE VISUAL DE PROJETOS E PROGRAMAS

- 1. Núcleo de Registro Civil de Nascimento.
- 2. Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbana da CGJMA.
- 3. Programa de Compliance.
- Manual de Identidade Visual da CGJMA.









2.

3

DEMAIS EVENTOS

Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro -2020 e 2021





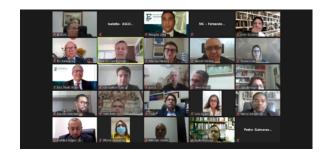


Natal Solidário Arrecadação e Doações: 2021 e 2021





Encontro Estadual dos Juizados Especiais







Fórum Matopiba-MG

Presidência do Fórum MATOPIBA-MG.

Coordenação regional da mobilização para debate de ações de governança de terras.

Inclusão do Estado de Minas Gerais e extensão de participação às Corregedorias de todo o país.

Reuniões para debate de ações voltadas para governança de terras.

Realização de encontros do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça da Região do MATOPIBA-MG.

Criação e alimentação do site matopiba-mg. 🐒

Colégio de Corregedores-Gerais

Realização do 85°, 86° e 87° Encontros Nacionais do Colégio de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, sendo o último realizado em formato presencial, na cidade de São Luís.

Alimentação permanente do site do Colégio de Corregedores-Gerais. 🔊



87° ENCOGE - presencial



Casamento Comunitário - Penitenciária de Pedrinhas

Casamentos Comunitários

Apoio em dezenas de casamentos presenciais e virtuais em comarcas do Estado e participação direta na realização de cerca de 1.000 casamentos na Comarca da Ilha.





MATOPIBA-MG

Casamento Comunitário - Edição especial



Casamento Comunitário virtual - São Luís

Identidade visual 85° ENCOGE - virtual





Conclusão

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19, atuamos com sentido de missão e fomos bem-sucedidos, horando a confiança que nos foi depositada pelos ilustres colegas do Plenário e deixando nossa contribuição para tornar mais efetiva a ação da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão, convictos de que aprimorar as instituições da Justiça é tarefa que nunca acaba.

/ V

Paulo Sérgio Velten Pereira

Corregedor-Geral da Justiça do Maranhão

